

**O MOVIMENTO FEMININO NO IRÃ E OS DISCURSOS FEMINISTAS**Amanda Stingham Moretão<sup>1</sup>Andrew Patrick Traumann<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho objetiva avaliar as mudanças no status legal das mulheres iranianas após a Revolução de 1979 e a sua realidade atual. Além disso, pretende analisar o movimento feminino no Irã e como as feministas islâmicas e seculares atuam dentro da República Islâmica em busca de seus direitos. O artigo oferece uma visão geral dos direitos das mulheres e do movimento feminista no Irã. Destacando como as demandas, estratégias e táticas do movimento variaram de acordo com as políticas do Estado, o desenvolvimento socioeconômico e o contexto cultural. Além disso, demonstra as contradições entre as leis iranianas e a realidade das mulheres, e como as mulheres resistiram à ideologia do Estado e permaneceram ativas na esfera pública.

**Palavras-chave:** Mulher, Islamismo, feminismo, Irã.

**Abstract:** This paper aims to evaluate the changes in the legal status of Iranian women after the 1979 Revolution and their current reality. In addition, it aims to analyze the female movement in Iran and how Islamic and secular feminists operate within the Islamic Republic in pursuit of their rights. The article provides an overview of women's rights and the feminist movement in Iran. Stressing how the demands, strategies and tactics of the movement have varied according to state policies, socioeconomic developments and cultural context. In addition, it demonstrates the contradictions between Iranian laws and the reality of women, and how women resisted the ideology of the state and remained active in the public sphere.

**Keywords:** Woman, Islamism, feminism, Iran.

Recebido em: 26/12/2017

Aprovado em: 22/01/2018

---

<sup>1</sup> Graduada no curso de Relações Internacionais – Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA. Curitiba – PR. email: [amandastingham@hotmail.com](mailto:amandastingham@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professor Orientador – Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA. Curitiba – PR. email: [andrewtraumann@hotmail.com](mailto:andrewtraumann@hotmail.com)

**Introdução**

Após a Revolução Iraniana, em 1979, a vida das mulheres mudou em diversos aspectos. A lei adotada passou a ser a *Sharia*, e Khomeini instituiu uma série de restrições morais, proibindo tudo o que remetesse ao Ocidente. Deste modo, o código de vestimentas mudou, o uso do *hijab* se tornou compulsório, mulheres foram proibidas de andar de bicicleta, cantar, e de assumir certos cargos, como é o caso do posto de juíza. Além disso, houve o retorno do divórcio unilateral, da poligamia, e a lei relacionada à custódia dos filhos dificulta muito para as mulheres conseguirem a guarda das crianças.

Apesar de todas as barreiras, as mulheres iranianas nunca deixaram de participar ativamente da vida pública. As leis e a ideologia do Estado não necessariamente correspondem à realidade da vida dessas mulheres. As mulheres iranianas nunca voltaram realmente para a vida doméstica, elas trabalham, representam 60% nas admissões de faculdades, e possuem cargos no governo.

Ideologicamente, as ativistas iranianas lutam a partir duas principais vertentes: o feminismo islâmico e o feminismo secular. O feminismo islâmico ganhou força após a Revolução, já que as mulheres muçulmanas, que eram muitas vezes segregadas, ganharam um novo *status* dentro da República Islâmica. Além disso, a islamização dos espaços públicos permitiu que as mulheres mais conservadoras ocupassem esses espaços.

As feministas islâmicas acreditam que para alcançarem mais direitos, o melhor caminho é através da religião. Essas mulheres não questionam a estrutura do Estado, e usam os textos sagrados ao seu favor. Para elas, o que as impede de ter mais direitos é que os homens em posição de poder usam o *ijtihad* para interpretar as regras de forma conservadora e subjugar as mulheres. Já as feministas seculares acreditam que o problema não está na religião, mas na estrutura de poder do país e na cultura patriarcal. Desta forma, os homens em posições de poder não aceitariam qualquer alterações nas leis que possam mudar seu *status quo*.

Embora diversas leis iranianas continuem discriminando as mulheres, elas se recusam a permanecer confinadas no âmbito da domesticidade. Em demonstrações surpreendentes de resistência, elas conseguiram se manter em vários aspectos da vida pública. Uma população jovem em expansão e

a alta participação das mulheres no ensino superior desempenharam papéis fundamentais neste sentido.<sup>3</sup>

### 1. Contexto histórico e político do Irã

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Irã e os movimentos femininos tomaram um novo rumo. Em 1941, a neutralidade do país durante a guerra e a recusa de que o país fosse utilizado como base logística americana, levaram a Grã-Bretanha e a Rússia a depor Reza Xá Pahlavi e colocar em seu lugar seu filho Mohammad Reza Pahlavi. Essa mudança no trono enfraqueceu o controle do governo sobre a oposição e permitiu a formação de partidos políticos e organizações. Diversas organizações de mulheres surgiram nessa época e, em 1952, elas enviaram petições ao Primeiro Ministro Mohammad Mossadegh, ao *majlis*, e às Nações Unidas pedindo direitos políticos e econômicos iguais. Em todos os casos, as mulheres ficaram sem resposta por medo da oposição dos *ulama*.<sup>4</sup>

Depois do golpe orquestrado pelo MI6 e a CIA em 1953, que derrubou Mossadegh, Reza Pahlavi recuperou plenos poderes e passou a impô-los de forma mais agressiva. Ele eliminou todos os partidos políticos e as organizações independentes, inclusive as das mulheres.

O regime do xá era corrupto e opressor. A polícia secreta iraniana, a SAVAK, penetrava em organizações da vida civil, monitorando professores, jornalistas, estudantes, trabalhadores e os *ulama*. Estima-se que pelo menos 300 opositores foram mortos durante seu governo, além das centenas de pessoas mortas durante os protestos que levaram a Revolução de 1979. "Torturas praticadas pela polícia secreta SAVAK nos anos 1970 incluíam estupros, pau de arara e choques elétricos nas partes genitais e no ânus. Mulheres eram torturadas com cobras vivas".<sup>5</sup>

<sup>3</sup> BARLOW, Rebecca; AKBARZADEH, Shahram. *Prospects for feminism in the Islamic Republic of Iran*. Human rights quarterly, vol. 30, n. 1, fev. 2008. p. 21.

<sup>4</sup> MAHDI, Ali Akbar. The Iranian Women's Movement: A Century Long Struggle. *The Muslim World*, Delaware, v.94, out.2004. p. 431.

<sup>5</sup> ADGHIRNI, Samy. 1. ed. *Os Iranianos*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 86.

As reformas políticas de Reza Pahlavi seguiam a linha da modernidade e ocidentalização do país. Leis seculares foram implantadas com mais força nas cidades pequenas e, em 1963, estabeleceu um projeto chamado “Revolução Branca”, que incluía a distribuição de terras e o ensino universal compulsório.

A Revolução Branca também alterou os direitos das mulheres. Porém, apesar de ter liberado o uso do véu em público, agiu de forma contrária aos clérigos ao permitir que as mulheres votassem e se candidatassem em eleições. Além disso, dificultou a poligamia, deu liberdade para as mulheres pedirem o divórcio e disputarem a guarda dos filhos, além de elevar a idade mínima para o casamento de 13 para 18 anos. Nessa época era comum ver as mulheres de Teerã em minissaias e frequentando bares.

Apesar de terem sido importantes, essas reformas foram simbólicas e minúsculas. A educação superior e diversas profissões se tornaram mais acessíveis para as mulheres, porém o plano de desenvolvimento do xá atendia apenas uma minoria pertencente a classes altas urbanas e não chegava nas áreas rurais, onde as pessoas não possuíam luz elétrica ou água encanada.<sup>6</sup>

As reformas reforçaram as diferenças entre as várias categorias de mulheres, privilegiando mulheres seculares e de classes mais altas, enquanto mulheres muçulmanas que utilizavam o véu não podiam ter cargos no governo, que empregava a maior parte das mulheres trabalhadoras. Segundo Azadeh Kian, "as mulheres que vinham de contextos religiosos foram cada vez mais excluídas da esfera pública por um feminismo de Estado que monopolizava o discurso em relação às mulheres".<sup>7</sup>

Além de segregarem grande parte da população feminina e não respeitarem a cultura do país, as reformas não trouxeram mudanças reais na participação feminina. Nos últimos 20 anos da era Pahlavi, o número de mulheres em posições administrativas no governo nunca passou de 2,8% (o mesmo aconteceu nas últimas duas décadas na República Islâmica).<sup>8</sup> O xá não buscava igualdade de gênero, dando oportunidades com limitações e esperando que as mulheres fossem modernas, mas modestas.

<sup>6</sup> TRAUMANN, Andrew Patrick. O Irã entre o Ocidente e sua autodeterminação. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n.24, jun. 2005.

<sup>7</sup> KIAN, Azadeh. Islamic Feminism in Iran: A new form of subjugation or the emergence of agency? **Critique Internationale**, Paris, n. 46, p. 45-66, 2010. p. 50.

<sup>8</sup> JAHANI, Maryam. Women's Status in the Economic Sector, **Hoqooqe Zanan**, 2000.

A tentativa do xá de afastamento da cultura iraniana em favor dos valores ocidentais, assim como a repressão utilizada para tal a partir da SAVAK, as más condições de vida da maioria da população, e os modos de vida ostensivo da família real, levaram a uma parcela considerável da população a se revoltar contra o regime.

Durante as revoltas contra o xá, as mulheres se tornaram uma grande força para mudança. Mulheres ativistas religiosas trabalhavam junto com Khomeini para chamar as mulheres muçulmanas mais conservadoras, que normalmente ficavam mais no ambiente doméstico, para a luta. Apesar de várias classes sociais terem participado da Revolução para derrubar a ditadura do xá, foi a liderança do clérigo que conseguiu mobilizar efetivamente até os setores mais conservadores e tradicionais da sociedade.<sup>9</sup>

Muitas mulheres já eram religiosas dentro do Irã, entretanto, outras tantas que antes defendiam o secularismo e não utilizavam o véu, passaram a usá-lo como uma forma de desafiar a ditadura ocidentalizada do xá, e em solidariedade com a participação feminina em massa.<sup>10</sup> Acima de uma religião, o Islamismo se tornou uma linha de resistência política, uma forte oposição a um governo o qual a maior parte da população rejeitava. Segundo Hamideh Sedghi, as mulheres buscavam uma nova resposta para a vida que elas consideravam alienante, e essa resposta caiu sobre o Islã.<sup>11</sup>

Essas iranianas, que uma vez possuíram ideais seculares, começaram a abandonar suas minissaias e calças coladas em favor de cobrirem seus corpos cada vez mais, escondendo sua sexualidade e adotando o xador ou o *hijab*. O que no começo era uma expressão de protesto e solidariedade se tornou uma nova forma de representação de suas identidades e um símbolo de demonstração de alianças.

O que muitas mulheres não imaginavam eram as mudanças que iam acontecer uma vez que o xá fosse deposto. A partir do momento em que houve a formação de uma República Islâmica, a lei adotada passou a ser a *Sharia*. Além das novas leis, Khomeini instituiu uma série de restrições morais, proibindo tudo o que remetesse ao Ocidente. Desse modo, o código de vestimentas mudou para ambos os sexos: as mulheres deveriam cobrir o corpo de forma a não mostrar as suas curvas e formas

<sup>9</sup> MAHDI, 2004, p. 436.

<sup>10</sup> Ibid., p. 433.

<sup>11</sup> SEDGHI, Hamideh. **Women and Politics in Iran** - Veiling, Unveiling and Reveiling. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 195.

femininas e o uso do véu se tornou obrigatório; enquanto os homens não podiam mais usar shorts ou bermuda e o uso de gravatas se tornou proibido. Foi proibido o consumo de bebidas alcoólicas e adúlteros passaram a ser sentenciados à pena de morte por apedrejamento. Além disso, mulheres foram proibidas de andar de bicicleta, cantar, nadar em público e praticar esportes junto com homens. O cinema foi censurado assim como a mídia e quem tivesse algo para falar contra o regime.

Após a Revolução, as mulheres que usavam o véu passaram a ser reconhecidas como poderosas revolucionárias, enquanto as mulheres seculares passaram a ser consideradas como ocidentalizadas, defensoras da Monarquia e indecentes. A mulher ganhou um simbolismo, se tornou uma representante da Revolução e, mais importante, um antigo lema iraniano voltou a ser proferido: “a mulher representa a castidade da sociedade”.<sup>12</sup>

Com a imposição das novas leis concernentes ao uso compulsório do *hijab*, muitas mulheres iam às ruas protestar. Entretanto, o governo passou a usar da coerção para fazer com que as leis fossem seguidas, mobilizando, além da Guarda Revolucionária, uma polícia moral constituída de mulheres para fazer cumprir os códigos de pudor.

A pressão para que as mulheres passassem a usar o véu aumentou cada vez mais a partir de 1979. Muitas mulheres começaram a ser assediadas e sofrer violência física em público, tanto pelas guardas e polícias do governo, como por homens apoiadores da Revolução. Como forma de lutar contra as normas, diversas mulheres se uniram em grupos de discussão, publicaram artigos, organizaram debates em universidades, e participaram de organizações femininas sobre os direitos no Irã. Algumas tiveram que sair do país e ainda vivem em exílio.

Além da questão do uso do véu compulsório, o direito das mulheres iranianas mudou drasticamente com o regime islâmico. Durante a primeira metade dos anos 1980, a República Islâmica proibiu as mulheres de atuarem como juízas, barrou estudantes mulheres de 69 campos de estudo, e impediu que as mulheres participassem de certas disciplinas como engenharia e agricultura.<sup>13</sup>

A Lei de Proteção da Família do xá, de 1967 e 1973, foi revogada e, em seu lugar, foi implementado um código familiar baseado em uma interpretação extremamente patriarcal e

---

<sup>12</sup> SEDGHI, 2007, p. 201.

<sup>13</sup> MAHDI, Ali Akbar. Reconstructing gender in post-revolutionary Iran: transcending the Revolution? **Middle East Insight**, vol.11, n.5, 08/1995.

tradicionalista da *Sharia*. O planejamento familiar era quase inexistente, a idade de casamento das meninas baixou para nove anos, e o direito das mulheres ao divórcio sofreu limitações significativas, assim como o direito à custódia dos filhos. As mulheres passaram a ter uma posição de submissão com relação a seus maridos, sendo controladas por eles e não podendo inclusive sair do país sem autorização.

Logo com a chegada de Khomeini, houve uma pressão para que as mulheres se tornassem mais modestas e voltassem as suas vidas para o cuidado do lar. Como estratégia para reduzir a presença das mulheres na esfera pública, o governo adotou práticas de demissão e aposentadoria, com quase 24 mil mulheres perdendo seus empregos.<sup>14</sup> Contudo, essa prática era mais direcionada às mulheres seculares que se opunham ao véu ou ao novo regime, as mulheres religiosas eram encorajadas a participar ativamente em defesa da moral e dos princípios da República Islâmica.<sup>15</sup>

Além disso, houve uma islamização dos espaços públicos, o que acabou oferecendo a mulheres de contextos tradicionais uma oportunidade de mobilidade social com a aprovação de suas famílias. Muitas delas buscaram educação superior e conquistaram autonomia nos ambientes sociais e dentro de suas famílias.<sup>16</sup> Desta forma, mulheres que não tinham perspectivas de educação e emprego, acabaram ganhando novas oportunidades fora da esfera doméstica.

## 2. O *status* legal das mulheres

No Irã, diversas leis e regulamentos que discriminam mulheres apenas por seu gênero continuam a existir. Um exemplo disso é a lei da *qessas*, que diz que a vida de uma mulher vale a metade da de um homem em casos de assassinato. Ela estipula que o valor "*blood money*", que é um pagamento compensatório pela morte de alguém, de uma mulher deve ser a metade do valor pago a família de homens. Além disso, o testemunho legal de uma mulher vale metade do de um homem, e muitas vezes não tem qualquer valor sem a confirmação de um homem.

---

<sup>14</sup> MAHDI, 2004, p. 435.

<sup>15</sup> PAIDAR, Parvin. **Women and the political process in twentieth-century Iran**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

<sup>16</sup> KIAN, 2010, p. 51.

A lei do passaporte também é uma que prejudica as iranianas, já que mulheres casadas dependem da permissão de seus maridos para tirar o passaporte e as solteiras devem pedir autorização de seus pais para sair do país. No entanto, caso a mulher queira, ela pode entrar com um processo de autorização de viagem, para que um juiz decida se ela pode viajar apesar da decisão de seu pai.

Uma das principais reivindicações das mulheres diz respeito às leis de família. Quando o xá foi deposto e a República Islâmica foi estabelecida, a Lei de Proteção da Família foi extinta, e essas leis regressaram para como elas eram nos anos 1930 e 1940.

A lei do divórcio iraniana é muito criticada por ser prejudicial às mulheres. De acordo com o Código Civil, artigo 1133, um homem pode divorciar de sua mulher quando desejar fazê-lo.<sup>17</sup> A mulher não possui o mesmo direito natural, podendo pedir o divórcio em situações específicas, como quando o marido é cruel ou imoral com ela, ou em caso de infidelidade. As mulheres podem ainda pedir o divórcio devido à impotência do marido e pela “incapacidade [do marido] de garantir o sustento, doenças contagiosas incuráveis ou ações que ponham a vida em risco”.<sup>18</sup>

Apesar de o homem ser primeiramente o único a poder pedir o divórcio em qualquer tipo de situação, ele pode conceder à sua esposa os mesmos direitos de divórcio que ele possui no contrato de casamento. A cláusula acordada no contrato pode estabelecer que a mulher solicite o divórcio incondicionalmente ou em algumas situações especiais, como se seu marido tomar uma segunda esposa.

Nos casos de divórcio, o maior problema enfrentado pelas mulheres é a questão da guarda dos filhos. De acordo com o Código Civil do país, a custódia da criança após o divórcio será estabelecida com base na sua idade. O artigo 1169 originalmente dava a custódia para a mãe até o filho fazer dois anos e a filha sete anos, porém, este foi mais tarde alterado para que a custódia permaneça com a mãe até os sete anos, independente do sexo da criança. Após os sete anos, a custódia vai automaticamente para o pai, a não ser que seja provado em tribunal algum fator que o desqualifique, como insanidade ou violência; entretanto, provar que o pai é incapacitado para cuidar bem da criança é algo muito

<sup>17</sup> CORPUS OF LAW. Civil Code of Iran (1928, as amended 1985; selected provisions related to women) – 3: On Marriage and Divorce. Disponível em: <<http://corpus.learningpartnership.org/civil-code-of-iran-1928-as-amended-1985-selected-provisions-related-to-women-3-on-marriage-and-divorce>>. Acesso em: 28 set. 2017.

<sup>18</sup> BROOKS, Geraldine. **Nove Partes do Desejo: O Mundo Secreto das Mulheres Islâmicas**. Tradução de Luis Leiria. 1. ed. Editora Griphus, 1995. p. 60.



difícil. O pai detém a custódia dos filhos até as meninas atingirem nove anos e os meninos quinze anos, quando a criança pode decidir por si mesma.<sup>19</sup>

De acordo com o artigo 1180 do Código Civil, o pai pode dar custódia da criança à mãe, mas a guarda continua com o pai ou o avô. O Código faz uma distinção entre guarda e custódia, sendo que

mesmo quando a custódia da criança está com a mãe, a guarda “natural” permanece com o pai (ou avô paterno). Portanto, as mães não podem viajar para fora do Irã sem a permissão do pai da criança, mesmo se a criança estiver sob custódia da mãe.<sup>20</sup>

Entretanto, de acordo com o artigo 1170, a mãe perde custódia da criança se ela se casar novamente. Essa disposição não se aplica aos homens, se o pai se casar novamente, seus direitos relativos à guarda e custódia permanecem os mesmos.

O problema relacionado à custódia das crianças afeta muito as mães, que por vezes têm de permanecer em um casamento abusivo pelo bem dos filhos, mas também prejudica muito a saúde mental (e às vezes física) das crianças. Além dos problemas enfrentados pelas mulheres que permanecem no casamento, outros tantos aparecem a partir do divórcio e a perda da custódia. Algumas mulheres relatam que os filhos acabam ficando abandonados durante o dia, porque os pais trabalham o dia inteiro, ou que eles sofrem certos tipos de abuso.

Outros direitos civis que discriminam mulheres são, por exemplo, o registro de casamento, uma vez que casamentos entre mulheres muçulmanas e homens não-muçulmanos não são

---

<sup>19</sup> OMIDVAR, Venus. Mothers Held Hostage by Child Custody Laws. **Iran Wire**. Disponível em: <<http://en.iranwire.com/features/5576/>>. Acesso em: 15 out 2017.

<sup>20</sup> IMPOWR. Current Legal Framework: Custody and Adoption in Iran. Disponível em: <<http://www.impowr.org/content/current-legal-framework-custody-and-adoption-iran-islamic-republic>>. Acesso em: 15 out 2017.

reconhecidos.<sup>21</sup> A idade mínima para o casamento, que era de nove anos após a Revolução, mas no mandato do presidente Khatami as mulheres conseguiram mudar para treze anos, também ainda gera revolta. Apesar de a idade mínima ser treze anos, as meninas podem casar mais cedo se os pais consentirem. Contudo, há uma grande diferença no que está na lei e o que acontece na sociedade. De acordo com estatísticas de 1996, a idade média de casamento entre mulheres era de 22,4 e entre os homens 25,6.<sup>22</sup> Dados de 2014 colocam esses números em 23,1 e 27,8 respectivamente<sup>23</sup>, sendo eles ainda mais altos na capital Teerã.

Apesar de existirem leis discriminatórias, a realidade das mulheres é muito diferente do que está no papel. As mulheres iranianas participam ativamente da vida pública. Elas votam, são eleitas para cargos políticos, trabalham e, segundo dados de 2012, representam 60,24% das admissões nas universidades<sup>24</sup>.

Quando a República Islâmica foi estabelecida, a lei adotada passou a ser a *Sharia* e muitas normas que haviam melhorado (ainda que pouco) a vida das mulheres regrediram. Entretanto, o regime nunca conseguiu fazer com que as mulheres voltassem totalmente para a vida do lar, por isso existe essa diferença entre a lei escrita e o realmente acontece na prática.

Um número de fatores veio a comprometer o projeto da República Islâmica para mulheres, família e relações de gênero. O primeiro fator foram os programas de desenvolvimento econômico e modernização do xá, que aumentaram as taxas de alfabetização e o grau de instrução da população. O *status* das mulheres urbanas, em particular, melhorou, e a memória disso permaneceu no período pós-revolucionário, resultando em uma considerável resistência à islamização rígida.<sup>25</sup> A modernização iraniana definitivamente influenciou as expectativas e aspirações das mulheres dentro da sociedade,

---

<sup>21</sup> MOGHADAM, Valentine M. Women in the Islamic Republic of Iran: Legal Status, Social Positions, and Collective Action. In: IRAN AFTER 25 YEARS OF REVOLUTION: A RETROSPECTIVE AND A LOOK AHEAD, 2004, Washington DC. p. 5

<sup>22</sup> MOGHADAM, loc. cit.

<sup>23</sup> IRAN DAILY. **Marriage age up**. Disponível em: <<http://www.iran-daily.com/News/3008.html>>. Acesso em: 05 out 2017.

<sup>24</sup> NAYYERI, Mohammad Hossein. Gender Inequality and Discrimination: the Case of Iranian Women. **Iran Human Rights Documentation Center (IHRDC)**. Disponível em: <<http://iranhrdc.org/english/publications/legal-commentary/1000000261-gender-inequality-and-discrimination-the-case-of-iranian-women.html#7>>. Acesso em: 05 out 2017.

<sup>25</sup> MOGHADAM, 2004, p. 2.

**Dossiê Futebol, Mulheres e Guerra: o Oriente Médio na Atualidade**

deste modo, quando as leis mudaram, tanto mulheres seculares como islâmicas saíram às ruas em protesto por mudanças na lei de família, principalmente.

A guerra contra o Iraque (1980-1988) foi outro fator relevante. Algumas mulheres foram para o front da guerra, enquanto outras começaram a trabalhar em hospitais, reabilitação e instituições de caridade. Khomeini passou lentamente a estimular a participação de mulheres em certas questões econômicas, políticas e sociais. A guerra aumentou a demanda em alguns mercados, e as mulheres começaram a trabalhar mais como professoras, médicas, enfermeiras, e outras profissões que lembravam seu papel na esfera doméstica.<sup>26</sup>

Outros fatores que influenciaram as políticas de islamização do Irã incluíram evidências de que o aumento da fertilidade estava impactando nas receitas do governo, o endividamento causado pela guerra com o Iraque, e o aumento do desemprego e da pobreza.<sup>27</sup>

Até 1989 era encorajado que as mulheres tivessem muitos filhos, até com o intuito de defender a Revolução. Entretanto, a partir desse ano, famílias pequenas passaram a ser incentivadas, já que a população havia passado de 34 milhões para aproximadamente 66 milhões, e a economia não podia acompanhar o crescimento.<sup>28</sup> O governo decidiu, então, realizar um dos programas mais extensos do mundo de planejamento familiar, que incluía educação sexual obrigatória, o fornecimento grátis de contraceptivos e a esterilização masculina. Até o número de abortos, que é ilegal, aumentou no país. Como resultado, o crescimento populacional caiu de 3,2% para 1,2% entre 1989 e 2003.<sup>29</sup>

Com o fim da guerra contra o Iraque, em 1988, e a morte de Khomeini em 1989, novas alianças surgiram e os grupos passaram a pressionar o Estado por mudanças nas políticas sociais e legais que afetavam as mulheres. Esses esforços se tornaram mais significativos depois das eleições de 1997, quando Seyyed Mohammad Khatami foi eleito presidente, em grande parte devido aos votos de mulheres e jovens.<sup>30</sup> Nessas eleições, as mulheres também foram importantes para a eleição de um parlamento majoritariamente reformista.

---

<sup>26</sup> SEDGHI, 2007, p. 227.

<sup>27</sup> MOGHADAM, op. cit., p. 3.

<sup>28</sup> POLK, 2009, p. 152.

<sup>29</sup> POLK, loc. cit.

<sup>30</sup> MAHDI, 2004, p. 440.

O governo de Khatami visava uma maior abertura política da sociedade, com liberdades individuais garantidas por um estado de direito.<sup>31</sup> Durante seu mandato, ele tentou incorporar mais mulheres na política, nomeando Masumeh Ebtekar como a primeira vice-presidente e estabelecendo um Centro para Participação de Mulheres. Além disso, treze mulheres reformistas foram eleitas para o parlamento.

Essas mulheres conseguiram conquistar algumas mudanças no Código Civil. Contudo, apesar de tentarem fazer maiores mudanças nos direitos das mulheres, elas eram constantemente vetadas pelo Conselho de Guardiões.<sup>32</sup>

Apesar de terem conquistado poucas mudanças desde a Revolução, a vida das mulheres é muito menos restrita do que o Estado determina. As mulheres se negaram a serem excluídas da esfera pública e nunca se conformaram com seu *status* na República Islâmica. As iranianas mantêm uma base forte nos âmbitos da política, mídia, educação, e vida pública em geral.<sup>33</sup>

### **3. Os movimentos femininos no Irã**

O *status* e os direitos das mulheres no Irã demonstram uma grande contradição. Apesar de ser um Estado teocrático extremamente conservador, com diversas leis discriminatórias, as iranianas conquistaram êxitos notáveis nos âmbitos da criatividade científica, literária e artística, além de demonstrarem um nível educacional impressionante, superando, inclusive, o número de homens na educação superior. Entretanto, apesar de terem um alto grau educacional e serem ativistas ativas, essas conquistas não condizem com as suas oportunidades de emprego ou com a sua representação nos processos de decisão política.<sup>34</sup>

---

<sup>31</sup> POLK, 2009, p. 155.

<sup>32</sup> BARLOW; SHAHRAM, 2008, p. 25.

<sup>33</sup> Ibid, p. 21.

<sup>34</sup> TOHIDI, Nayereh. Women's Rights and Feminist Movements in Iran. *International Journal on Human Rights*, v.13, n.24, 2016. p. 76.

A busca das mulheres por direitos em países do Oriente Médio acaba sempre entrando em um dilema. Há uma dificuldade em se buscar modernidade ao mesmo tempo em que se procura manter as raízes culturais locais, sem cair em uma ocidentalização e em um afastamento de valores tradicionais.

Além disso, há uma grande diferença entre como a República Islâmica vê as mulheres, como filhas, mães e esposas, que devem ter um papel dentro do âmbito privado; e como as iranianas percebem seu papel dentro da sociedade. Existe uma contradição entre a tradição islâmica conservadora e as estruturas modernas do país.<sup>35</sup>

De acordo com as feministas islâmicas, a solução para essa contradição se encontra dentro da própria religião. Elas argumentam que os problemas que enfrentam são o resultado de interpretações masculinas equivocadas dos textos sagrados, e não dos princípios do Islã em si. A noção de *ijtihad* é muito importante para a luta das feministas islâmicas. O *ijtihad* é a interpretação de textos islâmicos, ele envolve a aplicação da razão humana à *Sharia*, a fim de determinar se certas determinações são aplicáveis ou relevantes em situações modernas.<sup>36</sup> Desta forma, as feministas islâmicas usam desse conceito para reinterpretar os textos sagrados com uma visão orientada para as mulheres.

As feministas islâmicas não pretendem mudar a estrutura política do Irã, elas creem que o Islã e os direitos das mulheres são compatíveis, e desta forma, poderiam construir um país igualitário a partir de interpretações femininas do Islã xiita. Além de uma releitura do Alcorão, as feministas islâmicas apontam as discrepâncias entre a declaração da República Islâmica de ter libertado as mulheres e a realidade do privilégio masculino em áreas como o casamento, o divórcio e a custódia dos filhos.<sup>37</sup>

De acordo com Shahla Sherkat, a fundadora da influente revista *Zanan*,

Nós consideramos que o Alcorão não proibiu as mulheres de ter esses papéis. Essa proibição tem suas origens nas opiniões dos clérigos antigos, baseado sem dúvidas no modelo de seus próprios relacionamentos com suas esposas e as mulheres ao seu redor, as quais eles generalizaram como todas as mulheres. É, portanto, a consequência de um tempo quando as mulheres eram prisioneiras em suas casas e

<sup>35</sup> BARLOW; SHAHRAM, 2008, p. 23.

<sup>36</sup> Ibid, p. 24.

<sup>37</sup> MOGHADAM, 2004, p. 9.

conduziam suas vidas atrás de portas fechadas; uma época quando elas eram mantidas afastadas da sociedade. Hoje, as mulheres estão presentes em todas as esferas e participam de forma ativa na vida pública.<sup>38</sup>

Elas ainda argumentam que algumas leis seguidas no tempo do Profeta tinham uma função social na época que não condiz mais com a realidade de um Estado moderno e de suas instituições. Como é o caso da poligamia, que elas demonstram que é aprovado no Alcorão apenas em alguns casos específicos, e somente para responder a uma necessidade social.<sup>39</sup> Essas mulheres acreditam que as leis devem refletir as mudanças da sociedade.

Ao contrário das feministas islâmicas, as feministas seculares acreditam que o problema não tem a ver com teologia, e sim com a ideia e estrutura de poder da República Islâmica. A falta de igualdade de direitos para as mulheres é uma questão de repressão do Estado e a rejeição elitista de aceitar qualquer alternativa que mudará o *status quo* dos homens no poder.<sup>40</sup>

Durante a Revolução, as mulheres islâmicas e seculares lutaram lado a lado para derrubar o xá, inclusive, muitas mulheres seculares adotaram o uso do véu como uma forma de protesto contra o regime. Entretanto, quando os clérigos tomaram o poder e alteraram as leis, as mulheres seculares saíram perdendo, já que elas não esperavam que o uso do véu se tornasse compulsório ou o retrocesso em seus direitos.

Do período pré-revolucionário até o final dos anos 1980, a estratégia das mulheres envolvia reuniões clandestinas e manifestações contra o governo. Porém, no período pós-Khomeini, a estratégia envolve muito mais negociação e resistência. As mulheres passaram a se preocupar mais com questões tangíveis que afetam suas vidas, como o direito ao divórcio, a custódia dos filhos, e a herança.<sup>41</sup>

A partir da metade da década de 1990, as mulheres se tornaram consideravelmente mais visíveis politicamente. Nessa época, elas exigiam mudanças nas leis de família e reivindicavam mais liberdade política.

---

<sup>38</sup> KIAN, 2010, p. 55-56.

<sup>39</sup> MOGHADAM, 2004, p. 6.

<sup>40</sup> BARLOW; SHAHRAM, 2008, p. 29.

<sup>41</sup> MAHDI, 2004, p. 442.

Os votos das mulheres foram essenciais para a eleição de Khatami, em 1997, e para a formação de um parlamento majoritariamente reformista, em 2000.<sup>42</sup> Khatami tentou incorporar mais mulheres na política, sendo que as mulheres nomeadas em seu mandato foram as primeiras a servir em cargos altos no governo desde a Revolução.<sup>43</sup>

Treze mulheres reformistas foram eleitas para o sexto *majlis*. Essas mulheres acreditavam que para melhorar as condições das iranianas era necessária uma mudança na legislação atual. Deste modo, elas não questionavam a República Islâmica, mas as interpretações tradicionais patriarcais dos textos sagrados.

Essas mulheres conseguiram conquistar algumas mudanças, como a permissão de mulheres para viajar para fora do país para estudar, a lei sobre custódia dos filhos (custódia fica com a mãe até os sete anos independente do sexo), e a idade mínima legal para as meninas casarem (nove para treze anos).

Embora os parlamentares reformistas dominassem os *majlis* durante esse período, as mulheres não conseguiram produzir mudanças substanciais, já que o Conselho dos Guardiões, que é dominado por conservadores, usou repetidamente de seu poder de veto para bloquear legislações que pudessem causar qualquer mudança em seu *status quo*.<sup>44</sup> Além disso, o Líder Supremo possui a palavra final, e jamais permitiria mudanças reais na condição das mulheres.

O Conselho dos Guardiões rejeitou a maior parte das propostas feitas pelas mulheres durante o governo de Khatami. Em 2003, um dos projetos de lei incluía a adesão do Irã à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW). Apesar de o parlamento ter votado em favor de ratificar a convenção, o Conselho dos Guardiões se recusou a tratar do assunto, afirmando que a CEDAW era tanto "inconstitucional" como "não-islâmica".<sup>45</sup>

O que é interessante com relação ao pedido para a ratificação da CEDAW, é que as parlamentares não apresentaram o caso em termos seculares. Ao contrário, elas foram muito

---

<sup>42</sup> MOGHADAM, 2004, p. 4.

<sup>43</sup> MOGHADAM, loc cit.

<sup>44</sup> KIAN, 2010, p. 59.

<sup>45</sup> BARLOW; SHAHRAM, 2008, p. 6.

cuidadosas em enfatizar a compatibilidade da CEDAW com o Islã, recorrendo a valores islâmicos como igualitarismo e humanismo.<sup>46</sup>

Apesar de existir uma cooperação entre as feministas islâmicas e as seculares, divergências políticas e ideológicas persistem. Essas diferenças se tornaram aparentes em 2000, quando ativistas, intelectuais e jornalistas participaram de uma conferência sobre política iraniana em Berlim. Durante a Conferência de Berlim, algumas mulheres criticaram a aplicação da lei islâmica no Irã, e quando voltaram ao país sofreram punições do governo, sendo que duas mulheres acabaram presas.<sup>47</sup> As ativistas seculares foram tratadas de forma muito mais dura, e ficaram desapontadas quando as feministas islâmicas não as defenderam ou apoiaram.

A Conferência de Berlim acabou evidenciando as diferenças entre as duas linhas feministas e demonstrando as limitações do projeto do feminismo islâmico. Apesar de ter uma ligação maior com a cultura e tradição iraniana e terem a vantagem de serem mais ouvidas pelos conservadores, as feministas islâmicas são limitadas pela própria estrutura do regime, conseguindo conquistar mudanças importantes, mas superficiais quando pensamos em um contexto maior.

Desta forma, percebe-se que a cooperação entre as feministas acaba pendendo cada vez mais para o lado das feministas seculares. O período reformista do sexto *majlis* acabou em 2004 com as eleições legislativas. A esperança de mudança atuando de dentro do governo e mantendo os princípios da revolução foi anulada pela realidade da estrutura de poder da República Islâmica.<sup>48</sup> No sétimo *majlis*, doze das treze mulheres eleitas eram conservadoras, retrocedendo todos os avanços realizados pelas suas antecessoras. As feministas islâmicas começam, então, a perceber gradualmente as limitações do sistema em que estão tentando atuar.

A advogada iraniana, ativista dos direitos das mulheres, e ganhadora do prêmio Nobel, Shirin Ebadi discute o *ijtihad* como um conceito que liberta os muçulmanos, já que indica que as leis podem ser mudadas, porém, também significa que diversas vertentes podem ter uma visão diferente.

---

<sup>46</sup> Ibid, p. 7.

<sup>47</sup> MOGHADAM, 2004, p. 4.

<sup>48</sup> BARLOW; SHAHRAM, op. cit., p. 11.



Isso significa que homens patriarcais e poderosos regimes autoritários que reprimem em nome do Islã podem explorar o *ijtihad* para interpretar o Islã da maneira regressiva e implacável que se adéqua às suas sensibilidades e agendas políticas... Isso não significa que o Islã e a igualdade de direitos para homens e mulheres são incompatíveis; isso significa que invocar o Islã em uma teocracia reflete a religião através de um caleidoscópio, com interpretações perpetuamente se deslocando e misturando, e a vantagem dos mais poderosos prevalecendo.<sup>49</sup>

A partir desse fragmento, podemos perceber como os homens que detém o poder no Irã usam o *ijtihad* de uma forma que promove apenas seus interesses pessoais. Como já mencionado, as feministas islâmicas do sexto *majlis* não conseguiram mudar o pensamento do Conselho dos Guardiões e realizar uma mudança eficaz. Isso aconteceu porque a visão de quem está no poder não se baseia apenas nos preceitos da religião islâmica, mas na cultura patriarcal que está enraizada no mundo inteiro. E a questão patriarcal é uma questão política, não religiosa. Assim, as feministas islâmicas estão se aproximando cada vez mais das feministas seculares, já que não importa se elas têm uma base islâmica, os homens não vão abdicar de suas posições de poder.

Tanto as feministas islâmicas como as feministas seculares começaram a desacreditar no poder de mudança dentro do sistema político vigente. Desta forma, muitas mulheres se abstiveram nas eleições que elegeram o presidente Mahmoud Ahmadinejad. Contudo, as dificuldades significativas impostas pelo governo nos direitos femininos e nas atividades feministas motivaram algumas feministas islâmicas reformistas a reafirmar sua presença ativa nas esferas política e pública.<sup>50</sup>

O aumento das violações dos direitos das mulheres, as restrições da mídia e organizações da sociedade civil, a repressão brutal durante o Movimento Verde em 2009, o aumento da inflação e do desemprego, e a questão econômica no geral, levaram as mulheres a debater seu papel na sociedade e a reajustar suas estratégias de ativismo.<sup>51</sup>

As iranianas têm empregado táticas do feminismo secular, levando suas questões diretamente para o público através de protestos e atos de desobediência civil.<sup>52</sup> Um exemplo é o *bad hijab*, que é o

<sup>49</sup> EBADI, EBADI, Shirin. *Iran Awakening, a Memoir of Revolution and Hope*. Nova Iorque: Random House, 2006. p. 191-92.

<sup>50</sup> KIAN, 2010, p. 62.

<sup>51</sup> TOHIDI, 2016, p. 83.

<sup>52</sup> BARLOW; SHAHRAM, 2008, p. 12.

uso do véu de forma indevida, mostrando boa parte dos cabelos; o uso de véus com cores fortes ou estampas; ou até a recusa de se utilizar o véu em espaços públicos. Entretanto, o *bad hijab* não é necessariamente uma demonstração do problema em si. De todas as suas reivindicações relacionadas a direitos iguais, e participação política e econômica, o uso do véu não é uma prioridade. Mas esse ato de desobediência é uma das formas que as iranianas encontraram para demonstrar seu descontentamento com o *status* da mulher no país e exigir que o Estado valorize e respeite suas escolhas individuais.

Em 2013, as mulheres iranianas utilizaram as eleições como uma oportunidade de divulgar as suas exigências e pressionar os candidatos. Dentre suas demandas estavam a proteção das mulheres contra o Estado e a violência doméstica, e o respeito por direitos civis e humanos que possam proporcionar segurança para o estabelecimento de ONGs femininas que trabalham com a promoção de valores iguais e com a eliminação de leis discriminatórias.<sup>53</sup>

O candidato apoiado pelas mulheres, Hassan Rouhani, foi eleito presidente em 2013, e reeleito em 2017, porém ele não tem atendido às expectativas das ativistas iranianas. Rouhani não teve sucesso em melhorar os direitos das mulheres e a situação política doméstica. Algumas ONGs e revistas femininas, como a *Zanan Emrooz*, foram reativadas, porém continuam sob ameaças e em uma situação precária. Além disso, o presidente nomeou quatro mulheres para o gabinete como deputadas ou porta-vozes, e algumas mulheres se tornaram prefeitas em províncias pouco desenvolvidas, fatos que agradaram as ativistas iranianas.<sup>54</sup>

Embora exista um movimento feminino dentro do Irã, diversos autores acreditam que o movimento atual não pode ser considerado um movimento social, já que não possui objetivos claramente definidos, uma liderança forte, e a organização necessária.<sup>55</sup> Apesar de terem consciência de suas necessidades e um discurso, as ativistas atuais não possuem uma estrutura organizacional capaz de mobilizar um grande número de pessoas.

O sociólogo Asef Bayat, no entanto, acredita em um "não-movimento". Para ele, atividades coletivas com um grande número de mulheres não seriam viáveis em um país autoritário como o Irã. Ao invés disso, o ativismo feminino através da presença das mulheres na esfera pública, e a sua

---

<sup>53</sup> TOHIDI, op. cit., p. 82.

<sup>54</sup> TOHIDI, 2016, p. 83.

<sup>55</sup> MAHDI, 2004, p. 444.

resistência diária à ideologia de reclusão do Estado, às políticas de segregação, e ao uso do véu, possui extrema importância.<sup>56</sup>

As mulheres iranianas lutam a partir de suas práticas diárias, ao trabalhar, praticar esportes, correr, cantar, ou ao concorrer a cargos públicos. Isso é o que Tohidí chama de "o poder da presença". Apesar de todas as circunstâncias as mulheres iranianas persistem, se recusando a sair e buscando novos espaços de liberdade.<sup>57</sup>

### **Conclusão**

As mulheres iranianas apresentam um grande desafio à República Islâmica. Não importa a dificuldade que o Estado as impõe, as mulheres continuam estabelecendo seu lugar na sociedade. Seja não respeitando o uso compulsório do véu, ou participando da vida pública, as mulheres não vivem de acordo com os preceitos tradicionais e limitadores impostos.

As experiências das iranianas, sua coragem e estratégias criativas e flexíveis têm uma implicação nacional e internacional para o feminismo. Apesar de terem diferentes vertentes e ideologias, as ativistas iranianas frequentemente se unem em favor de seus objetivos. Elas estão abertas para discussão e muitas vezes utilizam ideias e estratégias das outras ideologias.

As feministas islâmicas ganharam espaço depois da Revolução de 1979, e foram muito importantes durante o governo de Khatami, quando faziam parte do sexto *majlis* e, apesar de não terem conseguido mudanças efetivas, conseguiram reverter algumas leis que haviam retrocedido com o regime islâmico. As feministas islâmicas não querem uma mudança na estrutura política do Irã, elas acreditam que o Islã é compatível com direitos igualitários, e que o problema com a legislação atual é que os homens que detêm o poder seguem uma interpretação tradicional e conservadora dos textos sagrados, que serve apenas seus interesses pessoais de manter seu *status quo*.

---

<sup>56</sup> TOHIDI, op. cit., p. 80.

<sup>57</sup> TOHIDI, loc cit.

As feministas seculares, por outro lado, acreditam que o problema se encontra na estrutura política do Estado e na cultura patriarcal. Deste modo, elas não acreditam que uma reinterpretação dos textos sagrados poderia ser feita no contexto atual, porque os homens nunca aceitariam perder seu poder. Ao longo do tempo, as feministas islâmicas foram percebendo essa dificuldade de se conquistar mudanças reais atuando apenas de dentro do aparelho estatal e se aproximaram das estratégias seculares de contestar o regime e as leis discriminatórias.

O foco das feministas no Irã são as reformas legais, e os direitos civis e políticos. As mulheres iranianas lutam contra leis e práticas discriminatórias como o casamento infantil, a herança desigual, as leis de retribuição, o apedrejamento, o direito de um marido de impedir sua esposa de trabalhar fora de casa, o direito ao divórcio favorável aos homens, a lei de custódia dos filhos, a poligamia, e o uso compulsório do *hijab*. Elas ainda declaram que essas leis discriminatórias reforçam a violência, a insegurança e a humilhação contra mulheres de todos os setores e, portanto, devem constituir as prioridades do movimento.<sup>58</sup>

A interação entre as feministas islâmicas e seculares foi fundamental para dar autonomia intelectual ao movimento e formar uma base forte de sororidade. Isso permitiu que elas enfrentassem e até influenciassem instituições, leis e tradições que anteriormente consideravam fortes e imutáveis.

Como a maioria dos movimentos feministas, o movimento no Irã é composto predominantemente de mulheres da classe média urbana. O movimento ainda tem um longo caminho a percorrer para incorporar também as classes mais baixas, as minorias étnicas e religiosas, e as cidades pequenas e rurais.

O aumento das conquistas das mulheres no âmbito educacional, as mudanças nas estruturas das famílias, e a proliferação de uma imprensa feminina ativa, impôs uma significativa pressão sobre o Estado. Entretanto, as ações e práticas patriarcais ainda conduzem a vida das mulheres iranianas.

As questões relevantes para as ativistas iranianas normalmente se diferenciam daquelas promovidas pelo Estado ou desejadas pelas mulheres de classes mais baixas. As mulheres da classe média exigem oportunidades de educação e o direito de participar em atividades sociais, enquanto as

---

<sup>58</sup> TOHIDI, 2016, p. 79.

**Dossiê Futebol, Mulheres e Guerra: o Oriente Médio na Atualidade**

mulheres de classes mais baixas buscam saúde, saneamento, e necessidades relacionadas à assistência social.<sup>59</sup>

Apesar de não haver um movimento feminino formal, percebe-se um aumento das atividades das mulheres em vários setores da sociedade. As mulheres ainda têm pouca representatividade no governo e em outros âmbitos, porém sempre persistem, ocupando 3,1% dos assentos no Parlamento, tendo 16,2% de participação no mercado de trabalho<sup>60</sup>, e representando 60,24% das admissões no ensino superior em 2012.<sup>61</sup> As mulheres podem ser encontradas nos setores de comércio, indústrias, educação, agricultura, cultura, política e de entretenimento.<sup>62</sup> Uma vez que as mulheres já conquistaram o direito ao voto, elas se concentram em lutar por oportunidades iguais e no acesso a posições mais altas dentro do governo e das instituições privadas.

As mulheres iranianas nunca se calaram frente aos desafios impostos pelo governo. Elas participam ativamente da vida pública e, apesar de não possuírem direitos na lei escrita, sua realidade é muito diferente. As mulheres manipulam as leis, as cortes e os fatos a seu favor para reduzir os efeitos negativos das leis discriminatórias.

A cooperação entre as feministas islâmicas e seculares também tem um efeito muito significativo para a propagação dos debates e demandas do movimento. As atividades culturais e legais de mulheres seculares, como as de Shirin Ebadi, Mehrangiz Kar e Shahla Lahiji, criaram uma base de exigências que deram direção para a agenda política de mulheres religiosas trabalhando dentro do sistema. Muitas das questões tratadas pelas mulheres parlamentares para mudança legislativa foram debatidas nas publicações e fóruns de feministas seculares e islâmicas. Essas atividades não coordenadas têm uma alta taxa de reiteração, multiplicando o efeito uma da outra através de um amplo espectro do cenário social.<sup>63</sup>

---

<sup>59</sup> MAHDI, 2004, p. 438.

<sup>60</sup> UNDP. Human Development statistical tables: Gender Inequality Index (GII). Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/composite/GII>>. Acesso em: 15 set 2017.

<sup>61</sup> NAYYERI, Mohammad Hossein. Gender Inequality and Discrimination: the Case of Iranian Women. **Iran Human Rights Documentation Center (IHRDC)**. Disponível em: <<http://iranhrdc.org/english/publications/legal-commentary/1000000261-gender-inequality-and-discrimination-the-case-of-iranian-women.html#7>>. Acesso em: 05 out 2017.

<sup>62</sup> MAHDI, op. cit., p. 441.

<sup>63</sup> MAHDI, 2004, p. 445.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ADGHIRNI, Samy. 1. ed. **Os Iranianos**. São Paulo: Contexto, 2014.

BARLOW, Rebecca; AKBARZADEH, Shahram. Prospects for feminism in the Islamic Republic of Iran. *Human rights quarterly*, vol. 30, n. 1, p. 21-40, fev. 2008.

BROOKS, Geraldine. **Nove Partes do Desejo: O Mundo Secreto das Mulheres Islâmicas**. Tradução de Luis Leiria. 1. ed. Editora Griphus, 1995.

CORPUS OF LAW. Civil Code of Iran (1928, as amended 1985; selected provisions related to women) – 3: On Marriage and Divorce. Disponível em: <<http://corpus.learningpartnership.org/civil-code-of-iran-1928-as-amended-1985-selected-provisions-related-to-women-3-on-marriage-and-divorce>>. Acesso em: 28 set 2017.

EBADI, Shirin. **Iran Awakening, a Memoir of Revolution and Hope**. Nova Iorque: Random House, 2006.

IMPOWR. Current Legal Framework: Custody and Adoption in Iran. Disponível em: <<http://www.impowr.org/content/current-legal-framework-custody-and-adoption-iran-islamic-republic>>. Acesso em: 15 out 2017.

JAHANI, Maryam. *Women's Status in the Economic Sector*, Hoqooqe Zanan, 2000.

KIAN, Azadeh. Islamic Feminism in Iran: A new form of subjugation or the emergence of agency? **Critique Internationale**, Paris, n. 46, p. 45-66, 2010.

**Dossiê Futebol, Mulheres e Guerra: o Oriente Médio na Atualidade**

---

MAHDI, Ali Akbar. Reconstructing gender in post-revolutionary Iran: transcending the Revolution? **Middle East Insight**, vol.11, n.5, ago. 1995.

\_\_\_\_\_. The Iranian Women's Movement: A Century Long Struggle. **The Muslim World**, Delaware, v.94, p.427-448, out.2004.

MOGHADAM, Valentine M. Women in the Islamic Republic of Iran: Legal Status, Social Positions, and Collective Action. In: **IRAN AFTER 25 YEARS OF REVOLUTION: A RETROSPECTIVE AND A LOOK AHEAD**, 2004, Washington DC.

NAYYERI, Mohammad Hossein. Gender Inequality and Discrimination: the Case of Iranian Women. **Iran Human Rights Documentation Center (IHRDC)**. Disponível em: <<http://iranhrdc.org/english/publications/legal-commentary/1000000261-gender-inequality-and-discrimination-the-case-of-iranian-women.html#7>>. Acesso em: 05 out 2017.

OMIDVAR, Venus. Mothers Held Hostage by Child Custody Laws. **Iran Wire**. Disponível em: <<http://en.iranwire.com/features/5576/>>. Acesso em: 15 out 2017.

PAIDAR, Parvin. **Women and the political process in twentieth-century Iran**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

POLK, R. William. **Understanding Iran**. 1. ed. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009.

SEDGHI, Hamideh. **Women and Politics in Iran - Veiling, Unveiling and Reveiling**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

TOHIDI, Nayereh. Women's Rights and Feminist Movements in Iran. **International Journal on Human Rights**, v.13, n.24, p. 75-85, 2016.

TRAUMANN, Andrew Patrick. O Irã entre o Ocidente e sua autodeterminação. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n.24, jun. 2005.

UNDP. Human Development Statistical Tables: Gender Inequality Index (GII). Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/table-4-gender-inequality-index>>. Acesso em: 22 out 2017.